



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000288794

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0023917-68.2005.8.26.0068, da Comarca de Barueri, em que é apelante/apelado TRANSPORTADORA VANTROBA LTDA, é apelado/apelante VALTER CIRINO DE ALMEIDA (JUSTIÇA GRATUITA) e Apelado MARÍTIMA SEGUROS S/A.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 29 de abril de 2015.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 0023917-68.2005.8.26.0068

Voto 11030 (yf)

APELANTES: TRANSPORTADORA VANTROVA LTDA. e VALTER CIRINO DE ALMEIDA

APELADOS: MARÍTIMA SEGUROS S.A.

COMARCA: BARURERI

JUIZ SENTENCIANTE: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

(yf)

EMENTA

APELAÇÃO – DANOS MORAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – SEQUELA NEUROLÓGICA – ABALO EXTRAPATRIMONIAL – 'QUANTUM' – JUROS DE MORA – LIDE SECUNDÁRIA – COBERTURA SECURITÁRIA – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

- Vítima de acidente grave com risco de morte, internação significativa e sequelas neurológicas – elementos suficientes para concluir pelo abalo capaz de afetar elemento integrante da moral humana, constituindo dano (modalidades imprópria) indenizável – inteligência dos artigos 186, 188 e 927 do Código Civil. 'Quantum' arbitrado em Primeiro Grau – R\$20.000,00 (quinze mil reais) – correspondente à extensão do dano, artigo 944, do Código Civil;

- Juros de mora, sobre indenização por danos morais, que deve incidir da data do fato danoso (responsabilidade extracontratual) ou da citação (contratual – artigo 405 do CC) – Súmula 362 do STJ adstrita à correção monetária – multa de 1% do valor da causa (artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil);

- Responsabilidade da litisdenunciada adstrita aos danos materiais – exclusão expressa dos danos morais na apólice (art. 757, do Código Civil). Acuidade da decisão hostilizada, em conformidade com o instrumento – ilegítima a transferência da responsabilidade dos réus à seguradora;

- Manutenção da decisão por seus próprios e bem lançados fundamentos – artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo.

RECURSOS (PRINCIPAL E ADESIVO) NÃO PROVIDOS.

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 361/370, cujo relatório adota-se, que julgou PROCEDENTE o pedido inicial, condenando a ré ao pagamento de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a título de danos morais, com juros do sinistro e correção da data da sentença. Ainda, o MM. Magistrado julgou IMPROCEDENTE a lide secundária, impondo a ré-denunciante o pagamento das custas e honorários de ambas as demandas, arbitrados estes últimos em R\$2.000,00 cada.

Vencida, insurge-se a requerida, Transportadora Vantroba Ltda. Registrou

APELAÇÃO Nº 0023917-68.2005.8.26.0068

Voto 11030 (yf)

irresignação com relação ao valor da indenização fixado, indicando que as sequelas do acidente são materiais e não morais. No mais, repetiu a responsabilidade solidária da seguradora, em virtude da cobertura contratual, que abrange a modalidade indenizatória imposta pela sentença. Pugnou, assim, pela reforma da decisão e, alternativamente, pela redução das verbas (juros de mora e sucumbência).

No prazo para resposta, o demandante (Valter Cirino de Almeida) interpôs recurso na forma adesiva. Arguiu que a extensão do dano excede a quantia fixada pelo Juízo *a quo*, pleiteando a majoração da indenização para R\$60.000,00 e dos honorários para o equivalente a 20% da condenação.

Regularmente processados, vieram contrarrazões e os autos foram remetidos a este E. Tribunal.

É o relatório.

O dever de indenizar é incontroverso. A questão do *'an debeatur'* restou preclusa, uma vez que a requerida se insurge exclusivamente contra o *'quantum debeatur'*. Presentes os requisitos do dever de indenizar – especificamente, o dano, a culpa e o nexo de causalidade (art. 186 e 927, do CC) – incontestes a procedência do pedido inicial.

No tocante ao dano moral, Yussef Said Cahali rememora que a jurisprudência se inclina para punir atos ilícitos, que se mostram "*hábeis para macular o prestígio moral da pessoa, sua imagem, sua honradez e dignidade*", que excedem o âmbito patrimonial e comercial, constituindo condição para o exercício de outras atividades (*Dano Moral*– 4ª Ed. São Paulo: RT, 2011, p. 318).

Fenômeno interno o dano moral, em si mesmo, não precisa nem pode ser provado. O que deve ser provado são fatos, condutas ou omissões que ocasionem a mencionada ofensa aos direitos da personalidade e, por consequência, sofrimento e dor ao prejudicado. A avaliação sobre quais fatos que causam dano moral deve ser feita pelo juiz, segundo a jurisprudência e as regras da experiência. Para corroborar, transcrevo:

"A prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Seria uma demasia, algo até impossível, exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depoimentos, documentos ou perícia (...). Neste

APELAÇÃO Nº 0023917-68.2005.8.26.0068

Voto 11030 (yf)

ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está insito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado." (CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil, 4ª Ed., pág. 102).

No caso destes autos, o reflexo extrapatrimonial é inequívoco – há dano moral em decorrência da vitimização do autor em sinistro que lhe causou sequelas – além do risco de morte e da invalidez laboral. Indubitável o abalo decorrente do acidente – que ensejou a internação do autor por quase um mês, lesão neurológica e invalidez permanente. Em síntese, o sofrimento físico e as sequelas experimentadas têm reflexo anímico.

Destarte, de acordo com a extensão do dano (art. 944, do Código Civil), entendo que o valor arbitrado em Primeiro Grau (R\$20.000,00) se mostra proporcional e razoável aos critérios da indenização – anote-se que a quantia corrigida excede os R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), condizente, portanto, com as sequelas suportadas e a culpabilidade da ré.

Aqui, relevante repelir a pretensão de alteração do termo inicial dos juros de mora. Isto porque, referida verba encontra previsão legal, inclusive no tocante ao termo inicial, neste aspecto transcreve-se a elucidativa súmula 163 da III Jornada do STJ:

"A regra do CC 405 aplica-se somente à responsabilidade contratual e não aos juros moratórios na responsabilidade extracontratual, em face do disposto no CC 398, não afastando, pois, o disposto no STJ 54"

Em outras palavras, o termo inicial dos juros de mora sobre os danos morais estão sujeitos a dois regimes distintos, dentre os quais não se encontra a hipótese do cômputo a partir do arbitramento da indenização, como pretende a instituição financeira. A indenização com origem contratual deve se dar por meio do artigo 405, do Código Civil – juros de mora da citação; em oposição, na responsabilidade extracontratual, o termo inicial é a data do dano (Súmula 54, do STJ).

Com relação à lide secundária, irretocável o entendimento do Nobre Magistrado; isto porque, os danos morais encontram exclusão expressa na apólice securitária, inadmissível supor a cobertura pelo abalo extrapatrimonial (fl. 157). A simples leitura da apólice permite concluir que a responsabilidade patrimonial da litisdenunciada

APELAÇÃO Nº 0023917-68.2005.8.26.0068

Voto 11030 (yf)

está, verdadeiramente, adstrita aos danos materiais, inacolhível o regresso com relação ao dano moral – expressamente excluído da cobertura securitária. Assim, inexistente qualquer vício na decisão do Juízo *a quo*, acurada nos exatos termos da sentença.

Com relação aos honorários de sucumbência, já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça que o juiz não está vinculado aos limites percentuais do artigo 20, parágrafo 3º, quando o valor for irrisório ou excessivo, em desconformidade com as alíneas do referido parágrafo ou mesmo com vista na equidade que determina o parágrafo 4º.

Cita-se o Agravo Regimental no Recurso Especial n. 754.049-PI, de relatoria do Ministro Vasco Della Giustina, em que foi determinada a aplicação de percentual menor ao mínimo legal (10%), considerado o local de prestação do serviço, o grau de zelo do patrono e, principalmente, a natureza e importância da causa. Transcrevo, ainda, excerto jurisprudencial do STJ:

“PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §4º, CPC. RECURSO ESPECIAL. REQUERIDA MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. I - Os honorários advocatícios foram fixados, in casu, tendo-se em conta o princípio da equidade, conforme explicitado no aresto *a quo*. Assim sendo, incide a Súmula n. 7/STJ, no particular, eis que descabe, nesta via extraordinária, o julgamento acerca do disposto nas alíneas "a", "b" e "c" do §3º do artigo 20 da Lei Instrumental Civil. II - A propósito, confira-se: "A jurisprudência desta Corte está de acordo em que a teor do estabelecido no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput. Se o Tribunal *a quo* fixou os honorários de acordo com o §4º do artigo 20 do CPC, fazendo-o consoante apreciação equitativa, em atenção às normas das alíneas constantes do § 3º daquele dispositivo legal, torna-se impossível contestar tal fixação, uma vez ser indispensável, para tanto, o reexame dos requisitos considerados pelo julgador. Incide na espécie a Súmula nº 7/STJ". (REsp 741776/RS, Rel. Min. José Delgado, DJ de 05/12/2005). III - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1034385/ES, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 15/05/2008)

Assim, o valor deve ser considerado não só com base nas alíneas

APELAÇÃO Nº 0023917-68.2005.8.26.0068

Voto 11030 (yf)

supracitadas, mas, principalmente, no princípio da razoabilidade, pois, se por um lado deve-se evitar a degradação da atividade advocatícia, não se pode dar azo ao locupletamento indevido, vedado, inclusive, no Código Civil.

In casu, a condenação em R\$2.000,00 para cada demanda mostra-se adequada em face da natureza das ações e do labor exercido pelos Nobres Patronos. Especialmente considerada a quantia da condenação que ora integra a sentença, a verba sucumbencial mostra-se razoável à luz do labor exercido, especialmente considerando a complexidade ordinária da presente demanda.

Destarte, a sentença da R. Primeira Instância deve ser prestigiada, por seus próprios e bem lançados fundamentos. Para tanto, valho-me do artigo 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Referido dispositivo estabelece que "*Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la*".

O COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece "*a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum*" (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel.Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rei. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rei. Min. Eliana Calmon, j. 17.12.2004 e REsp nº 265.534- DF, 4ª Turma, Rei. Min. Fernando Gonçalves, j de 1.12.2003).

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO aos recursos (principal e adesivo).

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora